

**PROJETO DE LEI Nº (                      ), DE 2022**

(Do Sr. Zé Neto)

Dispõe sobre os direitos do Agente Comunitário de Saúde e do Agente de Combate às Endemias no tocante a aplicação e penalidades, em caso de seu descumprimento, do piso salarial profissional pelos gestores municipais, estaduais e do Distrito Federal, em cumprimento as disposições do §9º do art. 198 da Constituição Federal e regulamenta o procedimento de concessão de suas aposentadorias.

O Congresso Nacional decreta:

**Art. 1º.** A aplicação do piso base pelos gestores municipais, estaduais e do Distrito Federal de Agente Comunitário de Saúde e de Agente de Combate às Endemias, passam a reger-se pelo disposto nesta Lei.

**Art. 2º.** Fica estabelecido que os gestores municipais, estaduais e do Distrito Federal, em cumprimento as disposições do §9º do art. 198 da Constituição Federal, deverão aplicar e garantir o recebimento do piso salarial profissional estabelecido não inferior a 2 (dois) salários mínimos, sem prejuízo das demais gratificações, e/ou bonificações que os agentes já estiverem percebendo, garantindo o direito estabelecido pela pelo §1º da emenda constitucional nº 120.

**Art. 3º.** O não cumprimento do piso salarial estabelecido pela emenda constitucional nº 120 pelo gestor responsável implicará nas penalizações advindas do emprego irregular de verbas públicas, correspondendo a crimes de



improbidade administrativa, ficando sujeitos à responsabilidade por infração político-administrativa, sem prejuízo da responsabilidade criminal específica.

**Art. 4º.** Fica estabelecido que o gestor municipal, distrital, estadual ou federal tem o prazo de até 60 (sessenta) dias para finalizarem os procedimentos administrativos de sua competência para a liberação da documentação necessária para o deferimento da aposentadoria do Agente Comunitário de Saúde e de Agente de Combate às Endemias, nos termos desta Lei.

§ 1º. Logo após a concessão da aposentadoria dos agentes, os gestores possuem o prazo de 180 (cento e oitenta) dias para realização de concurso público da categoria, inclusive com a devida nomeação dos aprovados.

§ 2º. A convocação dos classificados deverá ser realizada de forma imediata e em caráter de urgência, nesse mesmo prazo estabelecido no parágrafo acima, com a publicação do edital de aprovados e sua nomeação.

§3º. O governo federal terá o mesmo prazo para liberar a autorização da documentação necessária para que haja a substituição da vaga junto ao Ministério da saúde, com os devidos repasses de sua competência.

**Art. 3º.** Esta lei complementar entra em vigor na data de sua publicação.

## JUSTIFICAÇÃO

Os agentes técnicos comunitários atuam nas equipes multiprofissionais dos serviços de atenção básica à saúde. Eles são os profissionais da área mais diretamente ligados à população, portanto as categorias profissionais dessa relevância merecem a criação de normas que



garantam a sua organização corporativa e nas habilitações para a prestação de serviços de qualidade.

O presente Projeto de Lei propõe que os profissionais de saúde terão direito à ter o procedimento de aposentadoria concluído em até 60 (sessenta) dias após o período aquisitivo, e que em até 180 (cento e oitenta) dias, o gestor municipal, distrital, estadual ou federal deverá realizar concurso publico, bem como realizar a convocação dos classificados de forma imediata e em caráter de urgência, com a publicação do edital de aprovados, bem como garante que o governo federal nesse mesmo prazo cumpra com a liberação da autorização da documentação necessária para que haja a substituição da vaga junto ao Ministério da saúde, com os devidos repasses de sua competência, de forma a garantir que a comunidade não fique sem a devida prestação dos serviços tão essenciais realizados por esse profissionais.

Garante também a aplicação da emenda constitucional nº 120 de forma a garantir o recebimento do piso salarial profissional estabelecido não inferior a 2 (dois) salários mínimos, sem prejuízo das demais gratificações, e/ou bonificações que os agentes já estiverem percebendo.

Portanto torna-se indispensável a criação de Lei Federal que regulamente o tempo necessário para a conclusão do procedimento administrativo do período aquisitivo da aposentadoria, bem como a realização de concurso para garantir a excelência na prestação de serviços. O objetivo é ampliar o acesso da comunidade aos serviços de informação, de saúde, de promoção social e de proteção da cidadania, não permitindo também que os agentes comunitários ativos fiquem sobrecarregados por causa da demora injustificada de contratação de novos agentes.

Assim, diante do exposto e em face da importância da matéria, peço o apoio dos ilustres membros desta Casa para a aprovação do Projeto de Lei em tela.



Desse modo, é com a certeza da conveniência e oportunidade do presente projeto de lei que conclamo o apoio dos nobres parlamentares para a sua aprovação.

Sala das Sessões, em (....)

ZÉ NETO  
Deputado Federal-PT/BA

